

Moradores reclamam de aumento no IPTU 2026

Prefeitura sustenta que houve apenas o reajuste inflacionário

Por Raquel Valli

Contribuintes de Campinas (SP) estão insatisfeitos com a elevação nos valores do IPTU (Imposto Predial e Territorial Urbano) para o exercício de 2026, enquanto que a Prefeitura sustenta que a correção aplicada nos carnês se restringiu ao repasse inflacionário de 4,49% medido pelo INPC - Índice Nacional de Preços ao Consumidor, que o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) utiliza para aferir a variação de custos de vida de famílias de baixa renda (de um a cinco salários mínimos).

“Variações maiores que este percentual podem estar relacionadas a mudanças no imóvel identificadas pelas equipes de fiscalização e consequente atualização cadastral”, pontua o Executivo.

Questionamentos

Entretanto, moradores relatam cobranças que superam o índice oficial e mencionam variações que alcançam 30% do montante, sem que houvesse alterações imobiliárias.

Maria Amelia Paulino Martins Cardoso, cujo imóvel fica no Jardim Nossa Senhora Auxiliadora, na região do Taquaral, identificou acréscimo superior à inflação: “o prefeito Dário Saadi (Republicanos-SP) tem uma surpresa para muitos cidadãos em 2026. Muitos imóveis passaram por “correção de defasagem” no valor do IPTU, que pode ter aumento de mais de 30%, mesmo que não tenha passado por reformas ou aumento de área construída. O valor pode ser consultado no site da prefeitura, com o código cartográfico do imóvel. Fiquem atentos, pois tem prazo para reclamar, e precisa agendar horário e ir pessoalmente na prefeitura. Na calada da noite, sem alarde, sem videozinho no instagram, o prefeito e vereadores deram esse presente ao cidadão. Qual a contrapartida? Buracos na rua”.

Ivete Guimarães, cujo imóvel é do Nova Campinas, também não está contente. Constatou uma alta de 18% no imposto e elevação de 34% no valor atribuído à construção. Afirma que não houve expansão da área construída, mas detectou alteração no enquadramento do padrão construtivo de 4-0 para 5-0 nos registros municipais.

“Fui levantar o valor do meu IPTU, e, no exercício de 2026, houve um aumento de 18% em



Prefeitura de Campinas

Moradores relatam cobranças no imposto que superam o reajuste pelo índice inflacionário

Prefeitura de Campinas



Palácio dos Jequitibás: sede do Executivo campineiro

relação a 2025. Aumentaram em 34% o valor total da construção também. Mas, não houve aumento de área. Eles aumentaram o valor da construção de 2025 para 2026, bem como o tipo padrão de construção de 4-0 para 5-0”, declara.

O outro lado

Em resposta às indagações, a Prefeitura respondeu que, “com relação aos imóveis citados, a equipe de fiscalização tributária identificou que o padrão construtivo estava defasado em relação à legislação vigente e fez a atualização cadastral, conforme determina a lei que trata do IPTU”.

Ainda de acordo com o Executivo Municipal, “embora os imóveis já estivessem com seus cadastros desatualizados frente à lei vigente, essa atualização não

foi feita de maneira retroativa”.

O Palácio dos Jequitibás pontuou ainda que “o cálculo para o lançamento do IPTU leva em consideração várias características do imóvel, entre elas tamanho e tipo de acabamento” e que “essa atualização é parte das fiscalizações rotineiras da Secretaria de Finanças e não se trata do Programa de Recadastramento Imobiliário por Georreferenciamento e de Regularização Cadastral e Tributária no município, sancionado no final de 2025”.

Orienta que, em caso de dúvidas, que os cidadãos entrem em contato com a Secretaria de Finanças: <https://campinas.sp.gov.br/secretaria/financas/pagina/canal-de-atendimento>

Saiba mais

O IPTU é um tributo muni-

cipal previsto na Constituição, que incide sobre a posse ou propriedade de imóveis em zonas urbanas e cujo pagamento é de responsabilidade do dono do bem. A finalidade principal é a arrecadação de receitas para Prefeitura, destinada ao custeio de serviços públicos essenciais, como saúde, educação, segurança, limpeza urbana e obras de infraestrutura.

Diferente de taxas específicas, que são aplicadas precisamente, compõe o orçamento geral das Administrações municipais.

O cálculo utiliza como base o valor venal do imóvel, que é a estimativa de preço de venda em mercado aberto. A prefeitura o define considerando o tamanho do terreno, a área construída, a localização e o padrão do acabamento.

Sobre essa base aplica-se uma alíquota percentual definida pela legislação de cada cidade. Imóveis comerciais costumam ter alíquotas superiores aos residenciais, e terrenos vagos podem sofrer tributação mais alta para desestimular a retenção especulativa de áreas urbanas sem uso.

O pagamento pode ser realizado em cota única, com desconto, ou parcelado. Já a inadimplência gera multas juros e inscrição em dívida ativa, podendo levar à execução fiscal e perda do imóvel em leilão. Existem isenções para aposentados ou imóveis de baixo valor, conforme regras específicas de cada município.

Operação da PF apreende 11 armas em Sumaré

A Delegacia da Polícia Federal de Campinas apreendeu na quinta-feira (15) 11 armas de fogo e cerca de 400 munições em um imóvel em Sumaré, na nova fase da Operação Coffee Break, que apura supostas fraudes em licitações públicas na compra de material didático em cidades do interior.

O proprietário do imóvel não estava, e ninguém foi preso. A etapa cumpriu três mandados de busca e apreensão, tanto em Sumaré, quanto em Jundiá.

Prisão de Cafú César

Em novembro, a operação prendeu o vice-prefeito de Hortolândia, Cafu César (PSB), que teria recebido R\$ 2,5 milhões, e a Justiça Federal bloqueou os bens dos investigados. Na época, a Prefeitura declarou que todos os contratos seguiram a lei.

A prisão de Cafú foi revogada em dezembro, por decisão da 11ª Turma do TRF-3, após pedido de habeas corpus. Entretanto, o vice-prefeito foi submetido a medidas cautelares, como, por exemplo, afastamento de funções públicas e proibição de contatar outros investigados, além da proibição de sair de Hortolândia sem autorização da Justiça.

Fraude em material escolar

A Coffee Break foi deflagrada em conjunto com a Controladoria-Geral da União (CGU) para apurar contratos firmados entre a empresa Life Tecnologia Educacional Ltda., de Piracicaba, e prefeituras, envolvendo a compra de materiais pedagógicos e kits de robótica.

Segundo a polícia, os materiais eram superfaturados até 35 vezes acima do preço. O trâmite ocorria por meio de editais fraudulentos, elaborados por servidores que beneficiavam a Life Tecnologia Educacional e que desclassificavam concorrentes.

Ainda de acordo com as investigações, a verba era repassada a empresas de fachada, gerenciadas por doleiros, que lavavam o dinheiro e redistribuíam-no em espécie.

A propina era chamada pelos fraudadores de “café”. Entre os investigados, a ex-nora de Lula (PT), Carla Ariane Trindade, e Kalil Bitar, ex-sócio de um dos filhos do presidente, que atuariam como intermediários políticos.